



RELATÓRIO DO ENCONTRO DE 1 ANO DO PACTO UNIVERSITÁRIO PELA PROMOÇÃO DO RESPEITO À DIVERSIDADE, DA CULTURA DE PAZ E DOS DIREITOS HUMANOS

Brasília, 5 e 6 de dezembro de 2017

O encontro de um ano do Pacto Universitário de Educação em Direitos Humanos ocorreu nos dias 5 e 6 de dezembro e reuniu 88 participantes de 71 diferentes Instituições de Educação Superior (46 públicas e 25 privadas). Nos dois dias de encontro, os representantes das IES trabalharam divididos em cinco grupos, culminando com a discussão ampliada no auditório, onde os participantes apresentaram a síntese dos dois dias de trabalho. Cada grupo teve a discussão mediada por uma pessoa convidada pela diretoria ou por membros da equipe, acompanhados de uma relatoria por sala. Perguntas orientadoras direcionaram o debate e o compartilhamento de experiências nas rodas de conversa. Das discussões resultou o presente relatório, que objetiva sintetizar o debatido em todos os grupos.

RODA DE CONVERSA – ADESÃO AO PACTO

A pergunta orientadora que deu início às conversas foi **“O que foi mais determinante para sua IES aderir ao Pacto”**. Destacaram-se, inicialmente, motivações contextuais relacionadas ao momento histórico e político do país bem como às diferentes violações de direitos humanos na região da instituição. Surgiu durante a discussão relatos do número crescente de suicídios de professores e de estudantes, acompanhado do número expressivo de estudantes e professores com problemas de ordem emocional como depressão e/ou diferentes transtornos mentais. Casos de preconceito e assédio com mulheres no ambiente da universidade também foram citados, sinalizando a necessidade de trabalhar as questões de gênero com a comunidade acadêmica. Ainda nas motivações de contexto, surgiu também relato de que a adesão ocorreu a partir de uma discussão



que dividiu a IES a respeito da renovação das cotas raciais o que provocou os movimentos que trabalham em diferentes instâncias dos Direitos Humanos a se unirem para a adesão ao pacto.

A diversidade como característica inerente ao quadro discente e docente também figura como motivação de adesão. Segundo relato, a presença de grupos excluídos na universidade (indígenas, quilombolas, estrangeiros, cotistas), sugere a necessidade de trabalhar aspectos de racismo, preconceito, discriminação, homofobia e xenofobia com a comunidade acadêmica. Motivações relacionadas a características institucionais também foram apontadas, entre elas, o histórico de trabalho da instituição com Direitos Humanos e com a Educação em Direitos Humanos e a determinação pelo dirigente máximo da IES para adesão ao Pacto. A atuação de professores com histórico no tema nas IES e a apresentação do pacto pela DPEDHUC nos lançamentos estaduais também foram relatadas como determinantes para a adesão ao Pacto. Entre as questões relacionadas às potencialidades do Pacto que motivaram a adesão, estão as observações relacionadas à aderência que o Pacto traz ao possibilitar que a instituição congregue todas as atividades que já realiza na temática; à segurança institucional para a realização das atividades dos grupos que já trabalham com a temática; à necessidade de unir as diferentes linhas de pesquisa já existente na temática em um único trabalho; à necessidade de criar uma disciplina de Direitos Humanos ou Educação em Direitos Humanos para todos os cursos.

A segunda e terceira questões orientadoras referem-se ao Comitê Gestor no Pacto dentro das IES. A questão sobre **“Quais foram as estratégias utilizadas para a constituição do Comitê Gestor?”** Apontou para uma diversidade de estratégias entre as diferentes IES. Enquanto em algumas IES os Comitês Gestores foram diretamente apontados pelas Reitorias ou Pró-Reitorias, em outras IES a escolha dos membros foi feita por eleição entre docentes, estudantes e funcionários. Em geral, para coordenadores do Comitê foram escolhidas pessoas de áreas que já trabalham com as temáticas relativas a EDH e buscaram-se para compor o Comitê pessoas que têm histórico de trabalho (pesquisa, ensino e extensão) na área, que



são militantes ou ainda que demonstram sensibilidade para a temática. Ainda, observou-se no debate que o Comitê pode ter várias formas de organização e vinculação, ora como uma instância colegiada; ora responsabilidade de apenas um departamento ou diretoria dentro da administração central da IES; ou ainda diretamente ligado a um grupo de pesquisa ou a alguma Pró-Reitoria (de extensão, na maioria dos casos relatados). Os participantes do encontro valorizaram, ainda, a necessária e obrigatória representatividade entre os diversos atores que compõem o ambiente universitário: professores, estudantes, funcionários e dirigentes.

Quanto a “**Como ocorre o funcionamento do Comitê Gestor?**”, boa parte dos relatos apontou a realização de reuniões periódicas. Entretanto, alguns participantes relataram que a grande carga de trabalho das pessoas que compõem o Comitê e a não liberação de horas para se dedicar às atividades do Pacto têm sido um impeditivo para encontros mais constantes. Reuniões usuais de colegiados, conselhos, grupos de pesquisa ou de outros grupos também têm sido aproveitadas em diversos casos para inserir as pautas relativas ao Pacto. No caso de IES com diversas unidades, departamentos, institutos ou *campi* que não compartilham o mesmo espaço físico, as videoconferências têm sido um instrumento de trabalho útil para juntar os membros do Comitê.

“**Quais principais características e dificuldades?**” Foi a última questão orientadora da primeira roda de conversa. Alguns pró-reitores e professores questionaram a legitimidade do trabalho, devido ao contexto político do país. Alguns demonstraram receio de que o Pacto seja uma forma de monitorar o que as universidades estão fazendo, o que gerou uma oportunidade para o MEC afirmar que um dos objetivos do Pacto é viabilizar as ações das IES, como uma das vias de fortalecimento da rede para o tema. Algumas dificuldades apresentadas para os trabalhos dos Comitês foram a distância física entre os membros do comitê e/ou a conciliação de suas agendas; divergências políticas e/ou ideológicas dos grupos que já trabalham com direitos humanos na instituição e que agora comporiam o mesmo Comitê e trabalhariam juntos com o Pacto, o que trouxe uma dimensão coletiva para o trabalho, o que ocasionou conflito entre alguns grupos que se



sentiam “donos” de algumas pautas; falta de direcionamento das atividades, competências e papel de cada um dos membros. Algumas IES relataram falta de espaço físico e de recursos financeiros para os trabalhos do Pacto, bem como das ações em direitos humanos. Por outro lado, mereceu destaque o papel dos Comitês Gestores ao incentivar, estimular e transversalizar as ações do Pacto, de forma que as diferentes ações desenvolvidas estejam contempladas nos planos de trabalho; na articulação e mapeamento das ações na temática do Pacto que já aconteciam na Instituição; e no diálogo com os diretores de graduação e pós-graduação sobre a importância de inserir a temática em disciplina própria ou como eixo transversal dos currículos, bem como em atividades de extensão e pesquisa.

RODA DE CONVERSA – ENSINO E PESQUISA

A segunda roda de conversa tratou dos temas de Ensino e Pesquisa e foi iniciada com uma questão sobre **“Como o tema está sendo, ou pode ser, abordado nos projetos pedagógicos e currículos nas várias áreas de conhecimento?”** A inclusão do tema de Direitos Humanos ou Educação em Direitos Humanos em projetos pedagógicos e currículos é assunto de interesse de todas as IES. É preciso ter em mente que a inserção de novos conteúdos ou disciplinas necessariamente altera as rotinas estabelecidas e impõe o rearranjo de grades de horário. Portanto, além de ter que superar eventuais obstáculos ideológicos, a introdução dos temas de DH e de EDH envolve em alguma medida a reorganização das instituições. Em alguns casos os temas constituem conteúdo obrigatório para a formação dos estudantes, independente dos cursos aos quais estejam matriculados. Em outros casos, as disciplinas ou os conteúdos, embora disponíveis a todos os estudantes, são oferecidos de maneira optativa. Nota-se também o relato de IES empenhadas em vencer as resistências iniciais para incorporar os temas de modo amplo aos seus projetos pedagógicos e currículos. As resistências ao tema são observadas em diversas IES e encontram-se marcadamente nas áreas das ciências exatas. A acolhida nas ciências sociais é maior, embora a introdução de novos



conteúdos também enfrente obstáculos, ainda que em menor intensidade. A abordagem de DH e EDH se é feita de diversas maneiras: de modo mais tradicional, por meio de oferta de conteúdos e disciplinas dedicados ao combate a discriminações e à valorização da diversidade, por meio do estabelecimento de parcerias com grupos atuantes nos temas ou, ainda, de acordo com diferentes recortes como etnia, sustentabilidade e saúde mental.

Em seguida foi debatida a questão **“Como o tema pode ser enfatizado para a formação profissional e cidadã dos estudantes universitários?”**, que, em larga medida, se relaciona com a pergunta discutida anteriormente. A importância da questão foi confirmada pelo número não desprezível de relatos de professores, estudantes e funcionários que encontram dificuldades de conviver com a diversidade e aceitar opiniões contrárias às suas. Além de abordar os temas de DH e EDH por meio de conteúdos e disciplinas, como já havia sido enfatizado, diversas IES, adotando estratégias variadas, desenvolvem iniciativas com forte viés prático ou de orientação. As experiências, estejam elas já em curso ou em vias de ser implementadas, incluem a produção de cartilhas, a introdução de conteúdos de artes nas grades curriculares, o diálogo por meio de eventos com operadores do direito como defensores e promotores públicos e o desenvolvimento de atividades extramuros – laboratórios de práticas – que levem os estudantes à interação com a população, notadamente nas áreas de saúde, psicologia e direito. Essas iniciativas contribuem de modo decisivo para o processo de sensibilização da comunidade acadêmica e de fortalecimento contínuo da agenda de DH e EDH nas IES. Ao se avançar na sensibilização de professores, estudantes e funcionários, reduzem-se as resistências às propostas de mudanças institucionais de maior monta, como modificações nos projetos pedagógicos e alterações curriculares.

Outras duas perguntas orientadoras trataram de **“Quais as principais temáticas desenvolvidas em estudos e pesquisas relacionadas ao Pacto?”** E se **“A adesão ao Pacto ajuda a impulsioná-las?”** A maior parte das IES presentes relataram que a adesão ao pacto provocou maior diálogo entre os grupos que trabalham com EDH e diversidade, o que ajuda a dar visibilidade às temáticas



abordadas e confere maior importância a elas no âmbito da Instituição. Entre as temáticas discutidas encontram-se as questões de gênero e orientação sexual, xenofobia, racismo, educação inclusiva e intolerância religiosa.

Por fim, além das temáticas abordadas em estudos e pesquisas, as IES foram questionadas sobre **“Que cursos estão sendo desenvolvidos, ou pretendidos, nas temáticas do Pacto?”** Entre os objetos dos cursos, entre os quais estão alguns de formação continuada de professores, destacam-se *bullying*, violência e mediação de conflitos, especialização em DH, formação de conselheiros tutelares e educação em Direitos Humanos para indígenas, educação etnicorracial, gênero e sexualidade, criança e adolescente, sistema prisional, violências, preconceito e discriminação, violência contra a mulher.

RODA DE CONVERSA – GESTÃO E CONVIVÊNCIA

A terceira roda de conversa foi iniciada com um debate sobre **“Quais podem ser estratégias de sensibilização e de convivência nas temáticas do Pacto?”**. As IES relataram uma ampla variedade de estratégias: parcerias, processos de difusão de informações e ações de sensibilização.

Em relação a atores externos às Instituições, foram destacadas experiências de parcerias com organizações da sociedade civil, atuantes na área de DH, com entidades profissionais, como as firmadas com os conselhos de engenharia e arquitetura, interessados em melhorar a acessibilidade nos *campi*, e com órgãos do Estado cujas funções incluem a defesa de direitos coletivos e individuais, como o Ministério Público e a Defensoria Pública.

As assessorias de comunicação também foram mobilizadas ao difundir as ações relacionadas ao Pacto para os públicos interno e externo. Um dos recursos utilizados foi a ênfase dada à comemoração de datas oficiais associadas aos temas. O esforço de difusão incluiu, também, em algumas Instituições, a presença em todo e qualquer evento de alguém responsável por tratar dos temas de DH e EDH.



Em diversas IES as ações de sensibilização de caráter “formativo” alcançaram professores, estudantes e funcionários. Vale mencionar especificamente os casos de sensibilização dos funcionários terceirizados, que frequentemente têm vínculos mais frágeis com a comunidade universitária. Nesse sentido, destaca-se a experiência envolvendo a sensibilização de seguranças terceirizados, que deixaram de se comportar estritamente como “seguranças patrimoniais” para atuar como responsáveis pela “segurança da comunidade”.

Além do trabalho com os seguranças, no que toca diretamente a convivência, foram relatadas iniciativas para se coibir os trotes violentos, que expõem os alunos a situações vexatórias.

Finalmente, foi frisado por várias IES que o estabelecimento de cotas para o ingresso de alunos de perfis específicos e a criação de instâncias encarregadas de sua permanência são elementos fundamentais para tornar o ambiente dos *campi* mais diverso.

A segunda pergunta da roda de conversa sobre gestão e convivência abordou **“Que normativas institucionais foram criadas nas temáticas do Pacto, ou estão sendo pretendidas?”**. Os relatos convergiram de forma unânime ao apontar que a adesão ao Pacto contribuiu para a institucionalização dos temas de DH e EDH. Diversas IES compartilharam suas experiências de revisão de normas para a incorporação ou o fortalecimento dos direitos humanos em suas rotinas: códigos de ética foram atualizados, documentos orientadores direcionados ao corpo docente foram elaborados e regras de convivência, como aquelas que regulam o uso das moradias estudantis, foram modificadas à luz da valorização da diversidade e da promoção do respeito às diferenças. Especificamente sobre o tratamento e a identificação dos estudantes, foram mencionadas ações de adequação de formulários de matrícula e a aprovação de resoluções que permitem o uso do nome social nos registros escolares, medida que amplia os direitos de alunas e alunos travestis e transgêneros.



A roda de conversa, por fim, se debruçou sobre a seguinte questão: **“Que iniciativas estão sendo desenvolvidas para recebimento e tratamento de denúncias de violações de direitos em sua IES?”** As ações destacadas pelas IES combinam iniciativas reativas e ativas, ou sejam miram os numerosos episódios de manifestação de intolerância nos *campi* e voltam-se à difusão de informações, a processos de sensibilização e à resolução de conflitos.

As IES chamaram atenção para os diferentes papéis dos canais institucionais responsáveis por tratar as denúncias de violação de direitos. Em alguns casos, por exemplo, as ouvidorias agiram pró-ativamente na identificação e mapeamento sistemático de situações de discriminação; em outros, tornou mais acessíveis os mecanismos de encaminhamento de denúncias, instituindo o atendimento *in loco*, no local de preferência do denunciante, e incentivando a participação de coletivos, a fim de se proteger a vítima, notadamente nos casos envolvendo questões de gênero.

Ainda sobre a forma de encaminhamento das denúncias, foram apresentadas e discutidas as experiências dos cursos de direito e de psicologia que acompanham de perto o desenrolar dos processos. Chama atenção, também, a multiplicação de práticas de mediação e gestão de conflitos

Os casos de construção de parcerias com atores externos à IES foram, igualmente, debatidos. Algumas Instituições ressaltaram os resultados positivos gerados pela aproximação das ouvidoras com as delegacias locais da polícia civil, particularmente as Delegacias da Mulher.



RODA DE CONVERSA – EXTENSÃO

O segundo dia do encontro começou com a roda de conversa sobre extensão – temática que esteve presente, em diferentes profundidades, em todas as rodas de conversa do Encontro de 1 Ano do Pacto Universitário. A primeira pergunta orientadora colocada para o debate foi **“Como sua IES tem utilizado da extensão para a implementação do Pacto?”**.

Temática bastante presente nessa roda de conversa foi o papel das universidades e demais instituições de educação superior junto às comunidades em que se inserem e o papel primordial da extensão nessa ponte entre as IES e a comunidade e movimentos sociais – inclusive, na tradução das demandas e necessidades destes últimos. Para isso, é importante que as ações de extensão não se resumissem a campanhas ou a projetos específicos ou pontuais – sem negar sua importância.

Reconheceu-se que, ainda que os projetos de extensão não tenham como tema central a educação em direitos humanos, a grande maioria deles trata transversalmente de temáticas reativas a educação em direitos humanos ou direitos humanos. Nesse sentido, o engajamento das IES como o Pacto Universitário e o elenco de suas atividades de extensão nos Planos de Trabalho poderiam auxiliar na visibilidade das instituições educacionais e de suas ações pelos órgãos governamentais relacionados a defesa de direitos humanos. Reconheceu-se, entretanto, que as atividades de extensão não substituem as responsabilidades do estado em ações voltadas para a sociedade. Como o próprio nome diz, a ideia é que seja uma extensão em auxílio e benefício da sociedade.

Entre algumas iniciativas recorrentes de extensão relacionadas a educação em direitos humanos, a formação de professores e profissionais da educação foi bastante citada, com a observação de recorrentes práticas discriminatórias e de violação por parte de professores; trabalho nas residências universitárias; webrádio (considerado importante meio para tratar de assuntos relacionados aos direitos humanos e educação em direitos humanos); cursos abertos à comunidade sobre violência de gênero e violência familiar, cursos para comunidade LGBTI; trabalhos



com conselhos tutelares e de direitos; grupos de atenção à saúde, incluindo com pessoas em depressão e com riscos de suicídio; interação com empresas na área de influência das IES; trotes solidários; entre outras temáticas. Enfim, em todos os exemplos citados, condicionou-se o trabalho prático em diversos cursos a uma aplicação social.

Falou-se ainda da possibilidade de o MEC e as IES utilizarem o Pacto Universitário como um eixo de organização das iniciativas de extensão e recursos a elas direcionados.

Outra pergunta apresentada aos grupos foi sobre **“Que iniciativas existem, ou estão sendo planejadas, no âmbito do Pacto, em diálogo com o poder público local, comunidade externa, sociedade civil, escolas?”**. Os representantes das IES presentes no encontro relataram parcerias com uma ampla gama de atores nas temáticas relativas ao Pacto. Essas parcerias englobam desde projetos com outras universidades ou faculdades, com órgãos governamentais, como Prefeituras Municipais ou diretamente com Secretarias Municipais de Educação ou outras secretarias dos governos municipais, como secretarias de políticas para mulheres, com Secretarias Estaduais de Educação por meio de diretorias regionais de ensino, parcerias diretas com escolas da educação básica, com instituições internacionais ou governos de outros países, Ministérios Públicos estaduais e com instituições do setor privado, como bancos ou empresas da área de construção civil.

RODA DE CONVERSA – ENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

A última roda de conversa no Encontro teve início com as questões levantadas pela primeira pergunta orientadora: **“Você acha que a adesão ao Pacto ajudou a impulsionar/fortalecer a institucionalização e articulação do tema em sua IES?”** Foi praticamente consensual a ideia de que é importante que o Pacto esteja na estrutura da IES em um lugar que possa articulá-lo e organizar suas ações. Algumas instituições relataram que, apesar da adesão assinada pelo dirigente máximo, o Pacto não está conseguindo encontrar um lugar na instituição.



Reconhece-se sua importância, porém não se sabe onde encaixá-lo. Para alguns, o Pacto seria visto como uma coisa a mais ou aquilo que já se faz e não se sabe como organizá-lo.

IES em que o Pacto está inserido na estrutura do Gabinete do Reitor ou Diretor relataram encontrar menos dificuldades em trabalhar as temáticas do Pacto transversalmente ou com diferentes departamentos, Pró-Reitorias ou áreas de conhecimento. Por outro lado, outras IES relataram dificuldade em tratar das temáticas do Pacto com todas as áreas, inclusive com alguns docentes e estudantes declaradamente resistente à temática – o que revela que a educação em direitos humanos é extremamente necessária naquelas instituições.

Também se destacou que é fundamental o trabalho em rede. Foi sugerido que as IES iniciassem um mapeamento de redes que estão próximas às instituições, como hospitais, ONG, escolas, etc, levantando demandas e propondo um trabalho colaborativo. O Pacto teria um papel de reforçar as iniciativas já existentes e de legitimar e sistematizar essas ações.

Relatou-se ainda o fortalecimento dos coletivos estudantis, consolidando um diálogo com os mesmos e captando suas demandas. O Pacto dá a possibilidade de legitimar essas ações, articulando e fortalecendo as redes internas. Por fim, diversas IES reconheceram que o Pacto reforçou a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Em seguida, as IES presentes manifestaram-se sobre “[**resumidamente,**] **quais os dois principais desafios a serem enfrentados?**” Diversos desafios foram apresentados ao longo de todo o Encontro, e aqueles citados nesse momento da discussão vão desde a estruturação institucional do Pacto na Universidade ou faculdade, o que inclui questões como, a política interna em relação a questões de direitos humanos, o *lócus* do Pacto na instituição, clareza sobre as pessoas envolvidas, e estrutura física e financiamento para atividades relacionadas ao Pacto, até questões sobre a incorporação das temáticas relacionadas a educação em direitos humanos e diversidade nos currículos.



Outro desafio bastante colocado foi como transformar ações pontuais, resultado muitas vezes da militância de professores e estudantes, em ações alinhadas com a política das universidades relativas a direitos humanos. Isso pressupõe diálogo com as diversas Pró-Reitorias ou Diretorias, inclusive para explicitar o componente de EDH em diversas atividades em que ele geralmente não está explícito.

Ainda foram tratados os desafios da formação docente e da necessidade de investir nos professores, visto que muitos não estão preparados para lidar com os desafios da temática, enquanto outros demonstram resistência para abordar temas relacionados a direitos humanos e diversidade. A dificuldade de comunicação com os jovens foi outra questão apontada como um dos principais desafios a serem superados pelos professores e pelas próprias instituições.

Por fim, os representantes das IES presentes no Encontro foram questionados sobre **“Qual sua expectativa sobre a atuação do MEC frente ao Pacto?”** Entre as questões mais abordadas está a assistência técnica do Ministério da Educação no fomento à discussão das temáticas do Pacto, e as IES sugeriram diversas formas, entre as quais a realização ou promoção de encontros nacionais ou regionais para que universidades e faculdades possam compartilhar suas experiências e atividades; a criação de uma plataforma colaborativa para compartilhamento e debates; disponibilização das informações sobre as ações que cada IES está desenvolvendo, e também a sistematização dessas ações e dos Planos de Trabalho.

Ainda em relação a assistência técnica, citou-se a possibilidade de o MEC constituir grupos temáticos de discussão, contribuir para a categorização das violações ocorridas nas IES e relatadas por elas, expandir as funcionalidades do site <http://educacaoemdireitoshumanos.mec.gov.br/>, e a criação de cursos ou conteúdos em educação em direitos humanos para professores e gestores.

Também foi incentivada a valorização do tema nos instrumentos de avaliação dos cursos de graduação e pós-graduação e a assistência financeira do MEC a



atividades de ensino, pesquisa e extensão relacionadas ao Pacto, como a expansão dos editais de formação e pesquisa, que poderiam ter seu escopo ampliado, e lançamento de editais de extensão.

PROPOSIÇÕES DO GRUPO AMPLIADO

No final do segundo dia do encontro, todos os 5 grupos se reuniram no auditório, onde puderam compartilhar as contribuições que cada IES trouxe para o encontro, relativas às cinco temáticas orientadoras das rodas de conversa. Os diversos grupos foram representados cada um por dois relatores – representando uma IES pública e uma IES privada.

Os relatores apresentaram ao grupo ampliado uma síntese dos dois dias de debates e compartilhamento de ideias e experiências, passando pelo fortalecimento institucional do Pacto nas Universidades e Faculdades, pela inserção das temáticas nos currículos e projetos pedagógicos, nas atividades de pesquisa e extensão, pela formação dos professores e demais funcionários das instituições de ensino, pelos atos normativos referentes a direitos humanos e a educação em direitos humanos, e pela relação entre o MEC e as IES participantes do Pacto. Todas essas questões já foram reproduzidas nos relatos das cinco rodas de conversa.

Nesta parte final destacam-se aquelas questões trazidas para o grupo ampliado que contribuem para a formação e consolidação de redes entre as universidades, centros universitários e faculdades que participam do Pacto Universitário de Educação em Direitos Humanos, preocupação que apareceu de forma recorrente em todas as rodas de conversa e que envolve ações do MEC e das IES no estímulo, consolidação e compartilhamento de ações relativas à temática.

Promover, incentivar e mediar encontros entre comitês gestores de diversas IES e entre grupos regionais ou temáticos foi uma demanda recorrentemente apresentada ao MEC, tendo em vista seu potencial de aproximar as instituições e estimular discussões, atividades e pesquisas sobre várias temáticas, como racismo,



diversidade sexual e de gênero, imigração, diversidade religiosa, violência, entre outras.

O compartilhamento de atividades, ideias e experiências também pode ser fomentado por meio de ferramenta de tecnologias de informação e comunicação, que poderia facilitar a comunicação do MEC com as IES e, especialmente, entre as próprias IES.

E se o fortalecimento de redes é algo fundamental entre as instituições parceiras no Pacto, futuros editais poderiam ampliar a possibilidade de participação para diferentes tipos de IES, incluindo ainda a possibilidade de editais colaborativos. Ainda, a criação de um selo para o Pacto facilitaria o reconhecimento das instituições e das atividades desenvolvidas no âmbito do Pacto Universitário.

Além de um breve resumo das conversas e contribuições de cada grupo, as IES presentes manifestaram apoio à UFMG e reprovação às ações da Polícia Federal de condução coercitiva de dirigentes universitários, bem como se manifestaram contrárias às ideias do movimento Escola Sem Partido. Por fim, manifestaram apoio à UNILAB em sua demanda pela aprovação do primeiro regimento interno da Universidade.

O encontro de um ano do Pacto Universitário de Educação em Direitos Humanos, ao mediar a troca de experiências entre 67 faculdade, centros universitários e universidades, permitiu a discussão e o aprofundamento das temáticas relacionadas à educação em direitos humanos no âmbito da educação superior. Certamente as discussões e compartilhamentos ocorridos no encontro contribuirão para o aprimoramento das ações de EDH não apenas do MEC, mas das próprias IES – especialmente com a formação e consolidação das redes que no próximo ano contará com a participação mais efetiva das entidades apoiadoras.



INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR QUE PARTICIPARAM DO ENCONTRO DE 1 ANO DO PACTO UNIVERSITÁRIO PELA PROMOÇÃO DO RESPEITO À DIVERSIDADE, DA CULTURA DE PAZ E DOS DIREITOS HUMANOS

1	CENTRO DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKW DA FONSECA
2	CENTRO UNIVERSITARIO BELAS ARTS DE SÃO PAULO
3	CENTRO UNIVERSITARIO DAS FACULDADES ASSOCIADAS DE ENSINO - FAE
4	CENTRO UNIVERSITÁRIO FUNDAÇÃO DE ENSINO OCTÁVIO BASTOS - UNIFEOB
5	CENTRO UNIVERSITÁRIO LA SALLE
6	CENTRO UNIVERSITARIO PROJEÇÃO
7	CENTRO UNIVERSITÁRIO SALESIANO DE SÃO PAULO
8	CENTRO UNIVERSITÁRIO SENAC
10	FACULDADE ANHANGUERA DE OSASCO
9	FACULDADE ANHANGUERA DE TAGUATINGA
11	FACULDADE ANHANGUERA DE VALPARAISO
12	FACULDADE DO NOROESTE DE MINAS
13	FACULDADE PITÁGORAS DE BELO HORIZONTE
14	FACULDADE PITÁGORAS DE FEIRA DE SANTANA
15	FACULDADES INTEGRADAS DE TAQUARA
18	INSTITUTO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DE BRASÍLIA
19	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA
23	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO NORTE DE MINAS GERAIS

20	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARANÁ
21	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL
25	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
22	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TRIÂNGULO MINEIRO
24	INSTITUTO MASTER DE ENSINO PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS
26	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
27	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE DE GOIÁS
28	UNIVERSIDADE DA CIDADE DE SÃO PAULO
29	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARÁ
31	UNIVERSIDADE ANHANGUERA DE SÃO PAULO
32	UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS
33	UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SALVADOR
34	UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
30	UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
35	UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO
36	UNIVERSIDADE DE SANTO AMARO
37	UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
38	UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
39	UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE
40	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS

41	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA
42	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS
43	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
44	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE
45	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE DO PARANÁ
46	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ
47	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ
48	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL
49	UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA
50	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
51	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
52	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS
53	UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
54	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ
55	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
56	UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
57	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

58	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
16	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
59	UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
60	UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
61	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
62	UNIVERSIDADE FEDERAL DO MATO GROSSO DO SUL
63	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
64	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
65	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
66	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
17	UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
67	UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI
68	UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
69	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
70	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
71	UNIVERSIDADE PITÁGORAS UNOPAR